



# O imperialismo e a economia

ALEX CALLINICOS\*

## A especificidade do imperialismo norte-americano

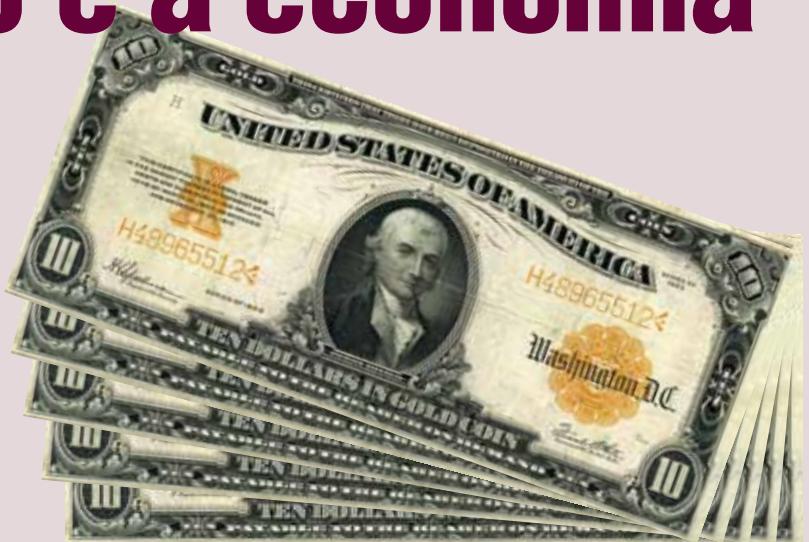
Robert Wade sugeriu o seguinte experimento mental:

Imagine que você é um aspirante a imperador romano no mundo de hoje, de Estados soberanos, mercados internacionais e economias capitalistas. Para não ter que utilizar frequentemente sua força militar, precisará agir mediante a hegemonia ao invés da coerção, e todos deverão pensar que seu predomínio é o resultado natural de acordos institucionais, fundados no sentido comum, os quais são justos e equitativos. Se você – um ator unitário – pudesse criar resolutamente um contexto internacional de normas de mercado para promover seus interesses, que tipo de sistema criaria? (2003:77).

Wade imagina uma “arquitetura financeira internacional” na qual não se aplica o padrão-ouro mas, em seu lugar, atua a moeda da potência hegemônica como a principal moeda de reserva internacional, em que seus mercados financeiros são “dominantes nas finanças internacionais” e há “somente um capital privado integrado ao mercado mundial”, sem barreiras de entrada ou de saída, tudo isso sob a supervisão de “uma esquadilha de organizações internacionais que se assemelham às cooperativas dos Estados-membros e que outorgam a legitimidade do multilateralismo, mas as quais você (isto é, a potência hegemônica) pode controlar mediante o estabelecimento de normas e o bloqueio dos efeitos dos quais não goste”, e defendido por “um grande exército, com a finalidade de respaldar sua hegemonia com coerção”. A arquitetura financeira mundial lhe permite financiar uma força militar assombrosa e barata. O resultado é o seguinte:

Esta arquitetura econômica internacional permite ao seu povo consumir muito mais do que produz, além de permitir que suas empresas e seus capitais possam entrar e sair rapidamente de outros mercados, maximizando os rendimentos em curto prazo; ela obstrui os fluxos líquidos das rendas de tecnologia do restante do mundo por décadas e, portanto, aumenta os incentivos de suas empresas para inovar e, por meio das forças de mercado aparentemente livres de poder político, reforça seu domínio geopolítico em outros Estados. Será melhor ainda se seus cientistas sociais explicarem ao público que um processo de globalização desestruturado e sem agentes – a implacável transformação tecnológica que reduz o tempo e as distâncias – está por trás de tudo isto, fazendo com que todos os Estados, incluindo o seu, percam poder frente aos mercados. Você não quer que os outros pensem que a globalização, dentro do contexto construído por você, aumenta a sua capacidade de ter tanto um grande exército quanto um próspero setor civil, ao mesmo tempo em que diminui a capacidade de todos os outros (Wade, 2003: 78, 80-82).

Evidentemente, este experimento mental serve como uma luva para a hegemonia americana contemporânea. O ponto fraco do esboço um tanto quanto irônico de Wade é que talvez fundamente excessivamente a “arquitetura econômica atual” no concreto da necessidade histórica. Portanto, durante a era de Bretton Woods nos anos 1950 e 60, quando se poderia dizer que a preeminência econômica e geopolítica dos Estados Unidos no mundo capitalista avançado era maior do que é atualmente, o dólar ainda estava respaldado pelo ouro. E a



hegemonia britânica do século XIX também implicou a generalização do padrão-ouro. Por outro lado, como reconhece Wade, o papel do dólar como principal moeda de reserva internacional é uma espada de dois gumes<sup>2</sup>. Entretanto, tem razão ao insistir que as estruturas e as instituições contemporâneas transacionais trabalham para dar vantagem especificamente ao capitalismo norte-americano. Lembremo-nos da pergunta de Brenner:

Por que, comparada ao mundo capitalista avançado, a expansão imperialista que prevaleceu antes de 1945 e foi responsável pela rivalidade interimperialista que levou à guerra não conseguiu fazer isso depois? Por que, com relação à Europa, ao Japão e, de fato, à grande parte da Ásia Oriental, a hegemonia norte-americana não pôde ter uma forma imperialista durante grande parte do período de pós-guerra – no sentido dado por Harvey à palavra – isto é, a aplicação do poder político para consolidar, exacerbar e tornar permanente a vantagem econômica já existente? (2006b:90).

Responder a essas perguntas implica considerar os interesses dos Estados Unidos e dos demais países capitalistas avançados. No caso dos Estados Unidos, a resposta, em um sentido geral, é que a estrutura específica e o peso mundial do capitalismo norte-americano lhe deram a capacidade de dominar e conduzir os principais Estados capitalistas sem construir um império territorial tradicional: o imperialismo não-territorial de Porta Aberta foi mais adequado aos interesses dos Estados Unidos. Mas a maneira como Brenner coloca a questão dá a entender que a hegemonia norte-americana não funcionou para os interesses dos capitais dos Estados Unidos em oposição àqueles capitais baseados em economias avançadas. Em um artigo inédito, o autor sustenta que a hegemonia dos Estados Unidos serviu para institucionalizar as condições gerais favoráveis para *todos* os capitais, norte-americanos e estrangeiros (Brenner, 2007b). Simon Bromley argumenta sobre a relação entre a invasão do Iraque e a estratégia petroleira dos Estados Unidos, sustentando a mesma linha de raciocínio:

A forma de controle que os Estados Unidos estão procurando esquematizar agora [no Iraque] é aquela que está aberta ao capital, às *commodities* e ao intercâmbio entre muitos Estados e empresas. Não pode ser vista (ainda?) como uma estratégia economicamente exclusiva, como parte de uma forma depredadora da hegemonia. Pelo contrário, os Estados Unidos utilizaram seu poder militar para

# política mundial hoje<sup>1</sup>

projetar uma ordem geopolítica que sirva como fundamento político para seu modelo preferido de economia mundial, a saber: uma ordem internacional liberal cada vez mais aberta. A política dos Estados Unidos apontou para a criação de uma indústria do petróleo internacional aberta, na qual os mercados, dominados pelas grandes empresas multinacionais, designam capital e matérias-primas. O poder de Estado dos Estados Unidos se manifesta não somente para proteger os interesses particulares das necessidades de consumo e de empresas dos Estados Unidos, mas para criar as pré-condições gerais de um mercado mundial petroleiro, confiante na expectativa de que, como economia líder, será capaz de satisfazer todas as suas necessidades por meio do intercâmbio comercial (Bromley, 2005: 253-254).

Neste momento, é importante distinguir três pontos diferentes. Em primeiro lugar, como já argumentei, os Estados Unidos praticam uma forma de imperialismo não-territorial, fundamentado na regra básica de que uma ordem liberal internacional aberta beneficiará, de modo geral, os capitais que estão baseados nos Estados Unidos. Em segundo lugar, para que essa hegemonia funcione de uma forma – pode-se dizer – estável, teria que assegurar benefícios significativos para outros Estados capitalistas. Mas, em terceiro lugar, não há sequer a mínima evidência de que as instituições que os Estados Unidos constroem e as políticas que desenvolvem sejam neutras com respeito aos interesses dos capitais baseados tanto em seu próprio território quanto em outros Estados. A partir de uma perspectiva liberal internacionalista, John Ikenberry sustenta que nos dois momentos históricos em que o poder relativo dos Estados Unidos foi maior, depois de 1945 e no final da Guerra Fria, o país renunciou temporariamente às vantagens e fez importantes concessões a outros Estados com o intuito de institucionalizar uma “ordem constitucional” internacional que maximizaria os lucros em longo prazo de todos os Estados. Ikenberry aponta: “Ordens estáveis são aquelas nas quais o reembolso para o poder é relativamente baixo, e para as instituições é relativamente alto. Essas são, justamente, as circunstâncias que caracterizam as ordens constitucionais mais desenvolvidas” (2001:255).

Mas este argumento não explica de modo suficiente a questão de como são distribuídos “os reembolsos para as instituições”. Consideremos dois casos que acabaram saindo caros para os Estados Unidos se comparados a outros Estados. O primeiro se refere à arquitetura financeira internacional, a qual Wade alega que age em favor do capitalismo norte-americano. Peter Gowan sustenta, também, que os Estados Unidos aproveitaram a falta de estabilidade financeira dos anos 1970 e 80, particularmente depois do “Choque Volcker” de outubro de

1979, quando Paul Volcker, presidente do Banco Central dos Estados Unidos, elevou sensivelmente as taxas de juros, impondo uma dura disciplina monetária às economias dos Estados Unidos e do mundo. O objetivo de Volcker era construir o que ele chama de regime do dólar de “Wall Street”, em torno de um dólar que, apesar de ser agora uma moeda puramente fiduciária e sem respaldo do padrão-ouro, permaneceu como o eixo central do sistema financeiro internacional, vantagem esta que Washington soube utilizar para promover em todo o mundo as políticas neoliberais favoráveis aos interesses dos bancos de investimento norte-americanos e cooperações transnacionais (Gowan, 1999)<sup>3</sup>. Deste modo, o governo de Clinton provocou profundas tensões com a Grã Bretanha e a Alemanha, em particular quando respondeu à crise financeira mexicana de 1994-1995 pressionando o Grupo dos Sete para que liderasse os países industriais na criação de um pacote de resgate que beneficiou principalmente os investidores norte-americanos. Durante a crise de 1997-1998 da Ásia do Leste, a própria administração bloqueou notoriamente a proposta japonesa de um Fundo Monetário Asiático, que teria limitado a capacidade do Fundo Monetário Internacional (FMI) para gerenciar a crise e, em conjunto com o FMI, impulsou nos governos da Ásia políticas de liberalização econômica planejadas tanto para debilitar o denominado “capitalismo de amigos” (com estreitos vínculos entre o Estado, os bancos e as corporações privadas, diferentes do modelo econômico da Ásia do Leste) quanto para tornar as economias afeitas mais permeáveis ao capital norte-americano. Em sua análise dessa crise, Robert Wade e Frank Veneroso (1998) descrevem o complexo “Wall Street-Tesouro dos Estados Unidos-FMI” com o fim de ressaltar o elo que une as instituições financeiras internacionais aos interesses especificamente norte-americanos.

Um segundo exemplo importante e que também data da administração Clinton consiste na expansão, em primeiro lugar, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e, logo em seguida, da União Europeia (UE) na Europa Oriental e Central. Essa política representa uma violação do acordo feito entre Mikhail Gorbaciov, o último presidente soviético, o chanceler alemão Helmut Kohl e James Baker, o secretário de Estado dos Estados Unidos, durante as negociações em 1990-1991, as quais permitiram que a Alemanha unificada permanecesse na Otan em troca da promessa de que, nas palavras de Baker, “não haverá extensão da jurisdição atual da Otan em direção ao Leste”<sup>4</sup>. A ideia por trás da violação dessa promessa pelo governo de Clinton foi expressa muito claramente por Zbigniew Brzezinski, o principal pensador geopolítico do Partido Democrata. Brzezinski argumenta que a UE é “a ponte eurasiática do poder norte-americano e um possível trampolim para a expansão do sistema democrático mundial na Eurásia”.

A ampliação da Otan e da UE em direção à Europa Central e Oriental estenderia, consequentemente, o poder norte-americano: “Se a União Europeia se tornar uma comunidade geograficamente maior [...] e se a Europa basear sua segurança em uma aliança contínua com os Estados Unidos, então se deduz que a Europa Central, seu setor mais exposto geopoliticamente, não poderá ser excluída de compartilhar da

<sup>1</sup> Este texto é um excerto do publicado na quinta edição da revista *Critica y Emancipación*. Buenos Aires, CLACSO, 2011, também disponível em [www.biblioteca.clacso.edu.ar](http://www.biblioteca.clacso.edu.ar). Originalmente publicado em Callinicos, Alex. *Imperialism and global political economy* (Cambridge, UK: Polity Press, 2009).

<sup>2</sup> Ver “Una redistribución del poder económico mundial”, p. 137.

<sup>3</sup> Ver também Parboni (1981: Cap. 1).

<sup>4</sup> Houve um considerável debate entre os participantes, que questionavam se essa promessa foi parte do acordo final na unificação alemã; ver Gordon (1997). Mas a história norte-americana semi-oficial das negociações esclarece que foi um gole amargo para Gorbaciov e sua equipe o fato de que até os membros da República Federal incorporassem a Alemanha do Leste à OTAN. Ver Zelikow e Rice (1997).



sensação de segurança da qual goza o restante da Europa mediante a ‘aliança transatlântica’ (Brzezinski, 1998: 74-79). Stephen Cohen descreveu a “verdadeira política dos Estados Unidos” com relação à Rússia “como a exploração implacável, ao estilo de *quem ganhar leva tudo*, da debilidade russa pós 1991” que inclui o “cerco militar crescente das bases dos Estados Unidos e a Otan à Rússia, dentro e próximo de suas fronteiras – que já estão instaladas ou em vias de –, em pelo menos a metade das outras 14 repúblicas da ex-União Soviética, desde o Báltico e a Ucrânia até a Geórgia, Azerbaijão e os novos Estados da Ásia Central. O resultado é uma cortina de ferro inversa construída pelos Estados Unidos e a remilitarização das relações russo-americanas”, que por sua vez provocou uma política exterior de Moscou mais assertiva com Vladimir Putin (Cohen, 2006). Os perigos da estratégia de Washington foram amplamente demonstrados pela guerra originada entre a Rússia e a Geórgia em agosto de 2008, após a tentativa do exército georgiano, equipado e treinado pelos Estados Unidos e Israel, de tomar o território da Ossétia do Sul, protegido por Moscou. [...]

## Capitalismo mundial nos pilares de Hércules?

Ao debater a tendência decrescente da taxa de lucro e suas contradições, Gramsci pergunta: “Quando podemos imaginar que a contradição chegará a seu nó górdio, um momento normalmente insolúvel que requer a intervenção de Alexandre e sua espada? Quando toda a economia mundial se tornar capitalista e chegar a certo nível de desenvolvimento, isto é, quando a ‘fronteira móvel’ da economia capitalista mundial chegar aos pilares de Hércules” (1995: 429-430). A ideia de que o capitalismo, de fato, chegou aos pilares de Hércules é um lugar-comum hoje em dia. É o que vemos, por exemplo, na afirmação muito mais otimista de Thomas Friedman de que a globalização “está nivelando e diminuindo o mundo” e “portanto, será impulsionada, cada vez mais, não apenas pelos indivíduos, mas também por um grupo muito mais diverso de indivíduos (nem ocidentais, nem brancos). Indivíduos de todas as partes do mundo estão tomando o poder” (2005:12). Além disso, o fato de um jornal sério como o *Financial Times* conceder a esse supercrescimento sua premiação *Business Book* de 2005 somente pode ser explicado pela euforia que rodeia os “mercados emergentes” – e especialmente o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) – durante a bolha do crédito de meados do ano 2000.

Compreender hoje os contornos reais da economia mundial é importante se quisermos obter uma medida exata da evolução futura do imperialismo. A teoria principal das Relações Internacionais tentou resolver o problema do formato geopolítico desde o fim da Guerra Fria. Os realistas estruturais se apressaram em afirmar que a forma aparentemente unipolar assumida pelo sistema estatal após o colapso da União Soviética seria meramente uma fase de transição, na qual a supremacia dos Estados Unidos provocou a formação de uma coligação que procura equilibrar-se contra ela. Como Kenneth Waltz escreveu em 1993, “a resposta de outros países a qualquer um deles que busque ou ganhe preponderância é tentar se equilibrar contra ele. A hegemonia conduz ao equilíbrio [...]. Isto está acontecendo agora, mas de forma titubeante” (1993:77). Questionado sobre o não-surgimento de tal coligação, nosso autor sustenta que sua previsão foi correta, mas que não é possível determinar o momento em que virá: “A teoria realista prevê que os equilíbrios interrompidos serão restaurados algum dia. Uma limitação da teoria, comum às teorias das Ciências Sociais, é que não se pode dizer quando” (Waltz, 2000: 27). Fiel às premissas estruturais realistas, William Wolfson afirma que a unipolaridade posterior a 1991 representa um ponto de descanso estável e não um momento passageiro, pois os limites dos Estados Unidos, tanto fixos quanto ma-

leáveis, são muito maiores que os de qualquer um dos outros poderes, e porque a fragmentação geopolítica da Europa e da Ásia do Leste dificulta que qualquer outro Estado consiga a centralização política e a concentração de recursos necessários para desafiar a hegemonia norte-americana (Wolfson, 1999).

As relações econômicas aparecem em tais explicações somente na medida em que afetam a capacidade material e, portanto, o poder relativo dos Estados. Por outro lado, os internacionalistas liberais argumentam que o desenvolvimento da moderna economia capitalista mundial transformou o comércio internacional em um jogo de soma positiva que dá um incentivo aos Estados cujas estruturas sociopolíticas internas são liberais e capitalistas para cooperar e para institucionalizar esta cooperação e, consequentemente, reduz bastante a probabilidade de guerra entre eles. Como Andrew Moravcsik defende, em uma reafirmação sofisticada da teoria liberal das Relações Internacionais, “o desenvolvimento econômico mundial nos últimos 500 anos esteve estreitamente relacionado com uma maior riqueza *per capita*, com a democratização, com os sistemas educacionais que reforçam novas identidades coletivas e com os maiores incentivos para transações econômicas transfronteiriças. A teoria realista não dá a essas mudanças nenhuma importância teórica” (1997:535). Aqui há uma superposição entre o internacionalismo liberal e o marxismo clássico, que também não faz referência à economia mundial capitalista como um jogo de soma zero: o desenvolvimento dinâmico das forças produtivas sob o capitalismo pode, em condições adequadas, aumentar tanto os benefícios quanto os salários reais. Essas condições foram obtidas em grande parte durante o grande *boom* dos anos 50 e 60 nas economias avançadas. Por outro lado, é uma implicação da concepção da hegemonia capitalista mundial o fato de que a potência hegemonicamente forneça bens públicos (por exemplo, um sistema monetário internacional estável) que forneça a outros Estados um incentivo para obedecer e cooperar. Mas a convergência entre o marxismo e o liberalismo é somente parcial. A economia política marxista conceitua o capitalismo como um processo inherentemente contraditório e instável, constituído pela exploração do trabalho assalariado e responsável por periódicas e destrutivas crises, além de um gerador sistêmico do desenvolvimento desigual. Qualquer avaliação honesta da economia mundial contemporânea teria de admitir que a economia política marxista tem muito a oferecer ao afirmar este ponto de vista sobre o capitalismo. [...] **F**

\*Doutor pela Universidade de Oxford. Professor de Ciências Políticas na Universidade de York e diretor do Centro de Estudos Europeus do King's College de Londres

**Os Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano** constituem uma iniciativa do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe. São publicados mensalmente nos jornais *La Jornada* do México e *Página 12* da Argentina e nos *Le Monde Diplomatique* da Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Peru e Venezuela. No Brasil, os Cadernos do Pensamento Crítico são publicados em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) na Revista Fórum.

**CLACSO** é uma rede de 300 instituições, que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 28 países ([www.clacso.org](http://www.clacso.org)).

**FLACSO** é um organismo internacional, intergovernamental, autônomo, fundado em 1957, pela Unesco, que atua hoje 17 Estados Latino-Americanos ([www.flacso.org.br](http://www.flacso.org.br)).



PARA QUE  
**NÃO SE ESQUEÇA**  
PARA QUE **NUNCA**  
MAIS ACONTEÇA

**Ciclo de Debates**

# **DIREITOS HUMANOS, JUSTIÇA E MEMÓRIA**

**13:00 h – Registro dos participantes**

**14:00 h – Abertura**

**Dilma Rousseff** – Presidenta da República Federativa do Brasil

**14:30h às 17:30h**

**Verdade, memória e direitos humanos:  
desafios à democracia**

**Apresentação e coordenação:**

**Maria do Rosário Nunes** – Ministra, Secretaria de Direitos Humanos, Presidência da República

**Conferências:**

**Rigoberta Menchú** – Prêmio Nobel da Paz (Guatemala)

**Adolfo Pérez Esquivel** – Prêmio Nobel da Paz (Argentina)

**Brasília**

**5 de março de 2012**

Palácio do Planalto  
SALÃO NOBRE

RJ-21/11/11

SP-12/12/11

POA-27/01/12



maiores informações [www.flacso.org.br](http://www.flacso.org.br)